

ELETIVAS 2025.1

JUR 1080 –2HA – LABORATÓRIO – Extensão em litígio estratégico e direitos humanos (PROFESSORA ANDREA SCHETTINI)

O laboratório tem por objetivo desenvolver pesquisa teórica e empírica sobre formas de litígio internacional no campo dos Direitos Humanos, em especial no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Partindo de uma abordagem crítica e interdisciplinar, pretende-se refletir sobre os impactos dos mecanismos internacionais na proteção nacional dos direitos humanos, no enfrentamento da violência estatal e na reparação das pessoas e grupos vitimados pelo Estado brasileiro. Em parceria com a ONG CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) – organização regional que, desde o início dos anos 1990, atua no Sistema Interamericano de Direitos Humanos –, será desenvolvido o monitoramento da implementação de decisões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro. Através do estudo de casos, escolhidos a cada período, será estimulada a reflexão sobre uma série de temas centrais, tais como: os modos de litigância estratégica; os aspectos do processo internacional em Direitos Humanos; o exercício do controle de convencionalidade; o (des)cumprimento de decisões internacionais; e as formas de implementação das reparações às vítimas de violações de direitos humanos.

JUR 1081 –2HA – LABORATÓRIO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (PROFESSOR THIAGO RAGONHA VARELA)

Nesse laboratório serão estudadas as ações de controle concentrado, ADI, ADC, ADI por omissão, Representações Estaduais de Inconstitucionalidade, Ação de Representação Interventiva e ADPF. Serão estudados o objeto, legitimados e o processo e julgamento dessas ações. Também serão feitas pesquisas de jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a elaboração de peças práticas sobre essas ações.

JUR 1082 –2HA – LABORATÓRIO DO SUPREMO – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (PROFESSORA ANA LUIZA SARAMAGO STERN)

O laboratório do Supremo vai agregar estudos e pesquisas sobre o STF em três eixos temáticos:

1. Histórico e composição do STF – estudo sobre julgamentos históricos da corte e formas e critérios de sua composição.
2. Jurisdição constitucional e democracia – estudo sobre o papel da jurisdição constitucional, competências e limites de atuação do STF e relação do STF com os outros Poderes e o Estado Democrático de Direito
3. Jurisprudência – debates e comentários sobre os julgados do Supremo, decisões recentes e casos em trâmite na suprema corte.

As aulas prezarão pelo debate a partir da leitura de textos e discussões participativas. Não é necessário pré-requisito.

JUR 1083 –2HA – LABORATÓRIO DE TEORIAS E PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE JUSTIÇA (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL) – VIRTUAL

O Laboratório pretende explorar abordagens de justiça que são apresentadas como alternativas (e complementares) ao sistema de justiça estatal na contemporaneidade, a partir de referenciais críticos e decoloniais que dão centralidade à violências históricas, estruturais, institucionais e interpessoais de caráter racial, de classe, de gênero, de sexualidade, dentre outros marcadores. Serão trabalhadas as concepções de justiça comunitária, justiça restaurativa e justiça de transição, como exemplos de abordagens que se diferenciam e se articulam ao sistema tradicional de justiça. O curso está articulado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Justiça Restaurativa, Violência de Estado e Direitos Humanos do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio e, por isso, será espaço de conhecimento e trocas com pesquisadores(as) e instituições parceiras que atuam nos campos da justiça comunitária, da justiça restaurativa e da justiça de transição no Brasil e internacionalmente.

A proposta do curso é participativa e a avaliação se refletirá em uma construção individual ou em grupo sobre como pensarmos e o que fazemos, a partir dos referenciais dessas abordagens de justiça e do reconhecimento das violências que nos condicionam e se reproduzem, em nossas comunidades e em relação ao nosso atual sistema de justiça brasileiro.

JUR 1111 –2HA - DIREITO AMBIENTAL (PROFESSORA PAULA MÁXIMO).

Tutela jurídica do meio ambiente: o direito ambiental na constituição de 1988. Competências legislativas. Cidadania e meio ambiente: estudo prévio de impacto ambiental. Informação ambiental. Prevenção e reparação do dano ambiental: responsabilidade civil por danos ao meio ambiente (lei 7347/85). Poder de polícia ambiental: licenciamento ambiental, zoneamento ambiental, padrões ambientais. Proteção do patrimônio natural. Unidades de conservação da natureza, regime jurídico. Código florestal (lei 4771/65). Poluição atmosférica. Poluição das águas doces, mares e zonas costeiras. Poluição do solo: resíduos industriais, tóxicos e perigosos. Poluição sonora. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Direito ambiental penal. Direito ambiental internacional

JUR1353 – 2HA- CONTRABILIDADE PARA O DIREITO (PROFESSOR MANOEL VARGAS)

Noções básicas de contabilidade. Análise das demonstrações contábeis. Cálculo de impostos.

JUR1750 -2HA – SEGURIDADE SOCIAL (PROFESSOR JOB ELOISIO) – VIRTUAL.

Seguridade social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Aspectos Constitucionais. Direito Previdenciário. As relações jurídicas previdenciárias de custeio e de benefício. Segurados. Dependentes. Beneficiários. Contribuintes. Os benefícios e serviços previdenciários. Acidentes do Trabalho. O custeio da seguridade social.

JUR1851 -2HA - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (PROFESSORA DENISE PUPO) - VIRTUAL

Histórico da proteção da infanto-adolescência. A criança e o adolescente na Constituição Federal. Direitos fundamentais da população infanto-juvenil. A proteção dos menores de 18 anos na normativa internacional. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a doutrina jurídica da proteção integral. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Poder familiar: suspensão e destituição. Colocação familiar: princípios e procedimentos. Guarda e tutela: hipóteses e procedimentos. Adoção. Adoção internacional. Direito fundamental à educação e cultura. Lei de diretrizes e Bases e legislação complementar. Garantias processuais: devido processo legal para o adolescente. Prática de ato infracional. Medidas socioeducativas. Medidas de proteção e medidas aplicáveis aos pais ou responsável. Educação profissional e profissionalização. Conselhos de direitos e Fundo da Criança e do Adolescente. Conselhos tutelares: competência, âmbito de atuação na comunidade. Justiça da infância e juventude: equipe Inter profissional. Ministério Público. Defensoria Pública e o Advogado; Prevenção geral e prevenção especial; crimes contra criança e adolescente.

JUR1855-2HA - DIREITO DA INFORMÁTICA (PROFESSOR GILBERTO ALMEIDA) - VIRTUAL.

Reconhecimento do direito da informática como área de especialização (conceito, abrangência e método). O tratamento jurídico de questões postas pela ou sobre a informática e sua confluência com outros ramos do direito. Direito de informática e direito constitucional. A questão da propriedade intelectual. Teoria das obrigações e contratos eletrônicos. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Abuso do poder econômico. Proteção dos direitos da personalidade. Questões de natureza tributária. Aspectos da criminalidade informática. Direito do trabalho e direito da informática. Direito internacional privado: aspectos pertinentes à jurisdição e foro competente.

JUR1914 - 2HA – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ANDRÉ SADDY) - VIRTUAL

Ementa: O que se controla. Tipos de controle. Controle administrativo. Recursos hierárquicos. Controle Legislativo. CPI e TCU. Controle Judicial Pleno ou Mínimo. Correntes. Como se controla. Formas de manifestação da vontade. Vinculada. Conformadora/configuradora. Discricionária. Margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados. Apreciativa. Limites da atuação administrativa. Parâmetros. Princípio da juridicidade. Tipos de limites. Deveres a serem observados pela Administração. Redução, técnicas de contenção e controles das subjetividades ou autonomias públicas. Atrofia, diminuição, redução da “discricionariedade” a zero ou a um. Aplicação e formas de utilização das técnicas de contenção. Passo a passo do controle.

JUR1921 / 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II - FUNDAMENTOS DE DIREITO DIGITAL (PROFESSOR CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA) VIRTUAL.

Objetivo: Familiarizar os (as) alunos (as) com os principais temas na interface entre Direito e novas tecnologias da informação, com especial destaque para o desenvolvimento de atividades na Internet e aplicações de inteligência artificial. A disciplina buscará complementar os conteúdos lecionados nas disciplinas obrigatórias, oferecendo um mapeamento de tópicos distribuídos em quatro grandes blocos: (i) Marco Civil da Internet; (ii) Lei Geral de Proteção de Dados; (iii) proteção do consumidor e novas tecnologias; e (iv) inteligência artificial. No primeiro bloco será destacado o processo de criação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) e seus principais elementos, como a proteção da liberdade de expressão na rede e o consequente desenho de um regime geral de responsabilidade civil para provedores de conexão e de aplicações, além de dispositivos relacionados à privacidade e à neutralidade da rede. No segundo bloco, dedicado à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), buscase introduzir o tema de forma a complementar os conhecimentos obtidos pelos (as) alunos (as) em outras disciplinas, procurando enfatizar as conexões viabilizadas pela LGPD entre distintas áreas da prática jurídica. Será dada ênfase à estrutura de bases legais que suportam o tratamento de dados, o exercício de direitos pelos titulares, além do regime de responsabilidade e a atuação da autoridade nacional. O terceiro bloco, dedicado à proteção do consumidor no contexto das novas tecnologias, explora as diversas circunstâncias em que as normas presentes no CDC e na legislação consumerista se aplicam nas contratações e demais relações travadas online. Aqui se destacam temas como cláusulas abusivas na contratação eletrônica, além de questões que surgem na fronteira entre design de aplicações e a tutela do consumidor, como geopricing, dark patterns, “caixas de recompensas” e outras ferramentas. No último bloco serão detalhadas algumas das mais relevantes discussões sobre a relação entre o Direito e o desenvolvimento de aplicações de inteligência artificial. Sem a pretensão de esgotar o tema, que mobiliza as mais diferentes áreas da prática jurídica, a disciplina procurará abordar questões como a proteção de dados, o exercício de direitos, a tutela dos direitos autorais, além do regime de responsabilidade por danos causados a partir dessas aplicações. 2. Ementa: Marco Civil da Internet – Contextualização e consulta pública – Princípios – Dispositivos sobre privacidade e proteção de dados – Guarda de dados – Neutralidade da rede – Responsabilidade Civil na Internet - O tratamento da responsabilidade de provedores no final dos anos 1990 (CDA e DMCA) - Responsabilidade por ato próprio e por ato de terceiro - Evolução do tema nos tribunais brasileiros – A aplicação da responsabilidade objetiva (teoria do risco e CDC) - A ascensão de modelos baseados em responsabilidade subjetiva - Regime de notificação e retirada - Regime disposto no Marco Civil da Internet -

Responsabilidade dos provedores de conexão - Responsabilidade dos provedores de aplicações - Exceções: divulgação não consentida de cenas íntimas - Exceções: direitos autorais - Moderação de conteúdo por provedores - Modelos de transparência e controle – Judicialização da moderação de contas e de conteúdos – Controvérsias sobre o chamado direito ao esquecimento Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados - Âmbito de aplicação - Conceito de dados pessoais - Princípios de proteção de dados - Requisitos para o tratamento de dados pessoais - Direitos dos titulares de dados - Agentes de tratamento de dados - Violação de dados pessoais e regime de responsabilidade - Excludentes de responsabilidade - Conceito de incidente de segurança - Privacy by design – Dever de notificar incidentes de segurança - Autoridade Nacional de Proteção de Dados – Sanções – Prática dos processos de adequação à LGPD Proteção do consumidor na contratação eletrônica - Tratamento jurídico do spam e do email marketing - Exercício do direito de arrependimento na Internet – Design de ferramentas e tutela do consumidor: geoprícing, dark patterns e “caixas de recompensas”. Direito e inteligência artificial – Contextualização a partir das lições aprendidas com a regulação da Internet – Cartas de princípios sobre inteligência artificial – Estratégias nacionais e iniciativas regulatórias – IA e proteção de dados – A tutela dos direitos autorais: atribuição de autoria e uso de obras protegidas no desenvolvimento de aplicações de IA generativa – Responsabilidade civil por danos causados por aplicações de IA. 3. Avaliação: Elaboração de breve artigo científico sobre um dos temas tratados na disciplina, articulando seus principais conceitos, controvérsias e aplicações, acompanhada da correspondente doutrina e/ou jurisprudência.

JUR1922 / 2HA- TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO FINANCEIRO (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO) - VIRTUAL

I. OBJETIVO

O objetivo da disciplina é promover discussões sobre o Direito e as relações raciais e de gênero como campo de estudo; discutir o funcionamento do sistema de justiça a partir de uma perspectiva crítica; capacitar os alunos a analisar conflitos jurídicos com a metodologia de julgamento com perspectiva de gênero e raça, para atuação profissional mais aderente aos comandos explicitados na Constituição Federal, não só, mas especialmente o artigo 3º, IV da Constituição Federal; aos tratados e convenções dos quais o Brasil é parte em matéria de Direitos Humanos e; ao Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero de que trata a Resolução 457/2023 do Conselho Nacional de Justiça, editada por força da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos em face do Estado brasileiro no caso Marcia Barbosa de Souza.

II. EMENTA

Princípio da igualdade material e proibição de discriminação. Marcadores sociais da diferença: os conceitos de gênero e raça. Interseccionalidade. Direito e relações raciais e de gênero. A teoria do impacto desproporcional. Crítica normativo-institucional sobre o funcionamento do sistema de justiça. Julgamento com Perspectiva de Gênero. O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e Raça. Fundamento normativo. Antecedentes históricos. Congêneres na legislação estrangeira. Julgamento com Perspectiva de Gênero por ramos do Direito. As implicações sobre o Sistema de Justiça.

JUR1923–2HA-TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO IV: DIREITO DESPORTIVO (PROFESSOR JOB GOMES) VIRTUAL

Evolução da Legislação Desportiva Brasileira. O Direito Desportivo nas Constituições do Brasil. A autonomia das entidades desportivas. O Atleta profissional e não profissional de Futebol. A Entidade Desportiva com Equipe de Futebol Profissional. O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. Remuneração e salário. Rompimento contratual. Clubes recreativos e Associações Desportivas

JUR1924-2HA - DEONTOLOGIA JURÍDICA – ÉTICA PROFISSIONAL PARA EXAME DA OAB (PROFESSOR ADRIANO BARCELLOS)

Filosofia e Ética. O Fenômeno Moral e a Filosofia Ética. Ética e Direito. A Ética e a Justiça. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações interdisciplinares e estratégicas de ação do profissional do Direito. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Procedimentos práticos da profissão. Contrato de prestação de serviços advocatícios. Honorários Advocatícios. Das infrações e Sanções Disciplinares. Do Processo Disciplinar. O Código de Ética Profissional. Deveres éticos da Magistratura. Deveres éticos do Ministério Público. Deveres éticos dos auxiliares da justiça

JUR1925 – 2HA - Crimes em espécie: inovações do Código Penal e legislação especial (PROFESSORA BRUNA PORTELLA)

O conteúdo da disciplina abrange inovações legislativas recentes do Código Penal (crime de feminicídio, crimes contra o Estado Democrático de Direito) e tipos penais previstos na legislação extravagante (lei de drogas, lei Maria da Penha, lei Caó). Pretende-se interpretar os tipos de uma perspectiva dogmática, a partir de doutrina e jurisprudência, e criminológica crítica, com artigos científicos do campo do Direito e Sociologia.

JUR1926 – 2HA / TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO FINANCEIRO (PROFESSOR LUIZ EMYGDIO) - VIRTUAL

Direito Financeiro, ramo do Direito Público, abrange o estudo da atividade financeira do Estado, compreendendo a despesa pública, a receita pública, o orçamento público, o crédito público e a lei de responsabilidade fiscal, que é de grande importância para o estudo da matéria. O Direito Financeiro gerou o nascimento do Direito Tributário e é disciplinado pela Constituição Federal e pela lei complementar 4320, de 1964.

JUR1927 – 2HX / REFORMA TRABALHISTA (PROFESSOR JOÃO BATISTA BERTHIER)

A reforma trabalhista. Grupo de empregadores. O conceito de tempo à disposição do empregador. Jornadas de trabalho. Sistema de compensação. Teletrabalho. Trabalho intermitente. A figura do trabalhador autônomo exclusivo. O distrato do contrato de trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Dispensa em massa. Plano de demissão voluntária ou incentivada. Dano extrapatrimonial. Representação dos empregados na empresa. Contribuições sindicais. Flexibilização. Aspectos processuais da reforma.

JUR1927 – 2HA/ INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION (PROFESSOR LAURO DA GAMA E SOUZA JÚNIOR) - VIRTUAL

This two credit course will concentrate on the theoretical and practical knowledge needed to handle arbitral cases either as counsel or arbitrator, both from the substantive and procedural law standpoint. The course will explore different issues arising in the conduct of international arbitrations and the making and enforcement of arbitral awards by focusing on arbitration awards, court decisions in the area of arbitration, the interaction between national courts and international arbitral tribunal, national arbitration statutes, international arbitration treaties and the arbitral rules of leading international arbitration institutions.

JUR1928 – 2HA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (PROFESSOR THEOPHILO MIGUEL) – VIRTUAL

UNIDADE I – O Cenário de Construção da Improbidade Administrativa 1. Autonomia constitucional e definição de improbidade administrativa 2. Sujeitos. Definição de agente público (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados)

UNIDADE II - Atos de Improbidade Administrativa 1. A estrutura normativa dos atos de improbidade 2. Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito 3. Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário 4. Atos que atentam contra os princípios da administração 5. Controle judicial do ato de improbidade

UNIDADE III – Sanções, Prescrição e Decadência 1. Introdução 2. As sanções em espécie (art. 37, §§ 4º e 5º, CF e art. 12 da LIA) 3. O critério de aplicação das sanções 4. Prescrição e Decadência

UNIDADE IV - Procedimento Administrativo e Processo Judicial 1. Inquérito Civil 2. Legitimidade ativa 3. Causa de pedir e pedido 4. Legitimidade passiva e competência 5. Pedido cautelar 6. Análise da petição inicial 7. Fase instrutória 8. Sentença

JUR 1931 -2HA /REGIME JURÍDICO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO (PROFESSORES CAIO MACHADO E PABLO WALDEMAR RENTERIA)

Conceito, estrutura e natureza dos fundos de investimento. Função. Relação entre os cotistas e os prestadores de serviço do fundo. Deveres e responsabilidades do administrador e do gestor. Fundos de investimento em participações. Fundos imobiliários.

Bibliografia Básica:

OLIVA, Milena Donato; RENTERIA, Pablo. Notas sobre o regime jurídico dos fundos de investimento. In: HANSZMANN, Felipe; HERMETO, Lucas. Atualidades em Direito Societário e Mercado de Capitais: Fundos de Investimento, vol. V. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, pp. 13-29.

OLIVA, Milena Donato. Indenização devida “ao fundo de investimento”: qual quotista vai ser contemplado, o atual ou o da data do dano? In: Doutrinas essenciais obrigações e contratos, vol. 6, Revista dos Tribunais, 2011, pp. 1.307-1328.

ANDRADE, Rafael. O administrador como gatekeeper dos fundos de investimento: origem, fundamentos e perspectivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

JUR1932 – 2HA – DIREITO MÉDICO (PROFESSORA PAULA MOURA) - VIRTUAL

Objetivo: A disciplina visa aprofundar o estudo na temática da saúde, na relação médico-paciente e todas as transformações que esta vem sofrendo na era digital, com o uso da Telemedicina, da inteligência artificial e de novas tecnologias. O crescimento frequente da Judicialização da Medicina é um grande desafio e demanda do operador do Direito um conhecimento específico, multidisciplinar, em contato com outras ciências como a Medicina, a Biomedicina, para melhor atuação. A eletiva vai proporcionar ao aluno uma visão sobre o Biodireito, a Bioética e a importância de se aprofundar nas questões éticas e jurídicas que envolvem a prestação de serviço médico-hospitalar e a aplicação do instituto da responsabilidade civil nessa seara.

Ementa 1 - Introdução ao Direito Médico: evolução, fontes e relação entre o Direito e a Medicina 2 - Biodireito e Bioética: conceitos, princípios fundamentais. 3 - Relação médico-paciente: normas éticas (Código de Ética Médica) e jurídicas. Direito do consumidor na área da saúde. 4 - Contrato de prestação de serviço médico: sujeitos, direitos e deveres. Obrigação de meio e de resultado. 5 - Ato médico: objeto da prestação de serviço. 6 - Consentimento livre e esclarecido: forma, objeto e capacidade. 7 - Documentos médicos e sigilo profissional. 8 - Remuneração Profissional. 09 - Relação entre médicos. Auditoria e perícia médica. 10 - Ensino e pesquisa médica. 11 - Publicidade Médica. 12 - Reprodução humana assistida. 13 - Terminalidade da vida. Autonomia do paciente, diretivas antecipadas de vontade e recusa terapêutica. 14 - Responsabilidade civil médico-hospitalar: conceito e elementos. 15- Telessaúde, Telemedicina e Inteligência Artificial: novas tendências da responsabilidade civil médica. 16 - Estudos de casos.

**JUR 1933 – 2HA – DIREITO MARÍTIMO (PROFESSOR THEOPHILO MIGUEL)
VIRTUAL**

Ementa: 1. História do Direito Marítimo, 1.1 conceito, 1.2 autonomia, 1.3 fontes do direito marítimo; 2. Tribunal Marítimo, 2.1 criações, 2.2 naturezas jurídica, 2.3 composições do colegiado, 2.4 jurisdições, 2.5 competências; 3. Procuradoria Especial da Marinha, 3.1 composições, 3.2 competências, 3.3 jurisdições; 4. Incidentes da Navegação, 4.1 acidentes da navegação, 4.2 fatos da navegação; 5. Inquérito marítimo, 5.1 naturezas jurídica, 5.2 competências, 5.3 elementos essenciais, 5.4 defesas prévia; 6. Processo no Tribunal Marítimo, 6.1 iniciativas pública e privada, 6.2 suspeição e impedimento dos juízes, 6.3 distribuições dos processos, 6.4 recebimentos da representação, 6.5 citações, 6.6 defesas técnica, 6.7 audiências, 6.8 instrução, 6.9 provas, 6.10 perícia, 6.11 alegações finais, 6.12 julgamento, 6.13 recursos: embargos de declaração, agravo, embargos de nulidade ou infringentes, 6.14 penalidades aplicáveis; 7. Assuntos controvertidos, 7.1 eficácias das decisões do Tribunal Marítimo (TM), 7.2 o voto de Minerva no TM, 7.3 sobrestamentos do processo civil para aguardar decisão do TM – CPC/2015, 7.4 ações anulatória contra acórdão do TM.

JUR1934 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO, JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA (PROFESSOR PAULO MARCELO DE MIRANDO SERRANO) VIRTUAL.

A disciplina apresenta, na primeira parte, casos históricos da Suprema Corte Norte-Americana, de 1803 a 1973/2022, analisando sua influência nas decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro (Marbury v. Madison, 1803; Dred Scott v. Sandford, 1857; Brown v. Board of Education, 1954; Gideon v. Wainwright, 1963; Miranda v. Arizona, 1966; e Roe v. Wade, 1973/2022). Na segunda parte, apresenta casos históricos do STF, escolhidos a partir de discussão com os alunos, analisando suas repercussões jurídicas, políticas, econômicas e sociais.

JUR1935 – 2HX - DIREITO FINANCEIRO (PROFESSORA FRANCIS WALESKA)

Atividade Financeira do Estado. Direito Financeiro. Orçamento Público. Despesa Pública. Receita Pública. Crédito Público. Controle Externo.

JUR1935 – 2HA - POP PHILOSOPHY: HOW “TAYLOR SWIFT”, “ THE JORDAN 1 SNEAKERS” AND “GAME OF THRONES” ARE GOOD FOR YOUR LIFE (PROFESSOR ILIE ANTÔNIO PELE) – VIRTUAL

What if pop culture is not only about entertainment but also raises critical issues about our human condition? For instance, Taylor Swift’s lyrics often rely on introspective work between choices and values. Game of Thrones reminds us of the pervasiveness of violence in our societies. The current ‘sneakers hype’ reveals how our bodies are expressions of status and identity. This course will examine TV series, movies, music, fashion and other ‘popular objects’ to explore ethical and philosophical questions connected to our times.

JUR1936 -2HA– TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO DE FAMÍLIA (DENISE MULLER DOS REIS PUPO) – VIRTUAL.

EMENTA: A disciplina se propõe a discutir, em abordagem teórico-prática, o direito de família a partir da realidade das varas de família enquanto espaços para dirimir conflitos familiares e efetivar e garantir direitos e o acesso à justiça. Para tanto serão apresentados temas atuais de direito de família, sob a perspectiva civil-constitucional, noções gerais de direito processual civil bem como verificada a tramitação dos processos, seus diferentes momentos, seus atores e respectivos papéis e instrumentos de atuação nas demandas judiciais litigiosas perpassando as facilidades e dificuldades enfrentadas nesses espaços, cada vez mais acessados e interdisciplinares, com especial foco na legislação e nos litígios que envolvem crianças/adolescentes, idosos e deficientes.

OBJETIVOS

Oferecer aos alunos a possibilidade de construção do pensamento jurídico acerca do Direito de Família, a partir de abordagem teórico-prática, que leva em consideração não só a sua atual aproximação civil-constitucional, mas o desafio do Judiciário na efetivação de direitos e garantias e o acesso à justiça.

JUR1939 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XX. DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DE OUTROS PAÍSES E PRINCIPAIS ESTUDOS DA FORMAÇÃO BRASILEIRA. (PROFESSOR DANTE LIMONGI) – VIRTUAL

As instituições jurídico-políticas brasileiras. Elementos da formação histórica do Estado brasileiro. A federação e a repartição das competências entre os entes federativos. Cotejo do modelo brasileiro com outros países, a serem escolhidos pelos alunos de comum acordo com o professor.

JUR1940 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXI. DIREITO DO PETRÓLEO (PROFESSORA FLÁVIA LIMMER) VIRTUAL

Sistemas reguladores da propriedade dos recursos minerais. Regimes jurídicos de outorga e regulação das concessões. As licitações da ANP. O contrato de concessão. Os segmentos da indústria petrolífera: upstream, downstream. Categorias básicas de contratos para a exploração e produção de petróleo. Os contratos na área de refino. O transporte. A distribuição e a revenda. As parcerias na indústria do petróleo. Importação e exportação. Direito da concorrência. Tributação das atividades petrolíferas e regimes aduaneiros aplicáveis. Direito ambiental e padrões de responsabilização civil.

JUR1941 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (PROFESSORA FERNANDA MEDINA PANTOJA) VIRTUAL

O tratamento dos litígios na contemporaneidade exige o domínio estratégico das ferramentas e técnicas processuais. A disciplina compreenderá o estudo de temas relevantes de processo civil, com direcionamento à prática do contencioso cível e empresarial, a partir de uma abordagem doutrinária, prática e da análise de dados empíricos, tais como os custos de um litígio e os meios possíveis e adequados de solução, os espaços e incentivos ao consenso, os cuidados na escolha da via arbitral, a estratégia pré-contenciosa através dos negócios processuais, as novas conformações objetivas e subjetivas do processo, a gestão da litigância repetitiva e o manejo dos mecanismos de criação de precedentes, o uso tático das tutelas provisórias, os desafios na condução de provas, as questões relevantes sobre o sistema recursal e fatores extrajurídicos dos julgamentos colegiados, o uso da tecnologia e da inteligência artificial nos processos jurisdicionais, entre outros.

JUR1943 -2HA / (PROFESSORES ANA LUIZA SARAMAGO E THIAGO VARELA)

Ementa: a eletiva é voltada para o enfrentamento das questões de Direito Constitucional do Exame da OAB, tanto da 1ª fase (múltipla escolha), como da 2ª fase (questões discursivas). As questões serão divididas em blocos temáticos e analisada a teoria necessária para a resolução correta das questões.

JUR1944 -2HA / REGIME JURÍDICO DE STARTUPS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.

A partir de conceitos teóricos, mas, sobretudo, utilizando exemplos concretos e exercícios práticos que provoquem debates sobre o tema, o curso objetiva dar aos alunos uma visão abrangente de diversos aspectos ligados à estrutura jurídica das Startups como veículos de inovação e desenvolvimento econômico.

EMENTA DA DISCIPLINA

Inovação e desenvolvimento econômico, conceito de “Startups”; Estrutura jurídica das Startups; as sociedades e os fundos de investimentos; investidores, oportunidades e riscos; regime jurídico das startups; Marco Legal das Startups; ciclo de vida das startups; investimento e desinvestimento.

JUR1945-2HA /TÓPICOS ESPECIAIS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO (PROFESSOR MANOEL MESSIAS PEIXINHO) - VIRTUAL

1. Conceito de processo administrativo. 2. Princípios do processo administrativo. 3. Aplicação da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942) ao processo administrativo. 4. Estrutura básica do processo administrativo da Lei nº 9784/1999. 5. Inteligência artificial aplicada ao processo administrativo. 6. Processos administrativos regidos por leis especiais.

Bibliografia

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo: São Paulo: Gen/Atlas, 2021.

NOHARA, Irene Patrício; MARRARA, Irene. Processo administrativo: São Paulo: RT, 2018.

SADDY, André (coord.). Inteligência artificial e direito administrativo. Rio de Janeiro: CEEJ, 2022.

JUR1948 -2HA / SOCIEDADES LIMITADAS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.

Objetivos da disciplina:

Apresentar os fundamentos e as principais características das Sociedades Limitadas a partir do estudo de casos e da análise de contratos sociais de sociedades constituídas de acordo com este tipo societário.

EMENTA: A partir do estudo de caso a ser desenvolvido de forma colaborativa com a turma, se construirá uma hipótese que levará à elaboração em conjunto de um contrato social. Durante o processo de desenvolvimento do contrato, serão abordados os principais conceitos e as principais questões relacionadas às Sociedades Limitadas tais como a estrutura contratual, as cláusulas obrigatórias, a formação do capital social, a responsabilidade dos sócios, a administração da sociedade, a cessão e transferência de participação societária, as deliberações sociais, as divergências entre sócios, a resolução da sociedade em relação a parte de seus sócios, a dissolução e a liquidação da sociedade.

JUR1950-2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXXI. ASPECTOS FILOSÓFICOS E PSICOLÓGICOS DA TOMADA DE DECISÃO JURÍDICA (PROFESSOR NOEL STRUCHINER)

Na eletiva, serão discutidas as implicações de pesquisas recentes dos campos da psicologia moral e filosofia (moral) experimental para o direito e para a teoria do direito, mais especificamente, para a questão acerca da tomada de decisão jurídica. Nosso direito está repleto de formulações normativas que contêm conceitos vagos, moralmente carregados, como, por exemplo: dignidade, liberdade, justiça, moralidade, entre outros. Sendo assim, decisões jurídicas muitas vezes não são muito diferentes de decisões morais. Torna-se importante, portanto, investigar o que são decisões morais e como as mesmas funcionam. Filósofos e teóricos do direito, trabalhando dentro de um arcabouço excessivamente racionalista, têm sistematicamente negligenciado os resultados de pesquisas empíricas acerca do processo de decisão moral na construção de suas pesquisas. Filósofos e teóricos do direito costumam, por exemplo, defender fortemente suas teorias normativas da adjudicação (na maior parte, teorias normativas baseadas nos trabalhos de Dworkin e Alexy) de forma idealizada e sem considerar dados importantes que pretendemos levantar. O que se pretende fazer na disciplina é suprir essa lacuna e fornecer um delineamento dos esforços interdisciplinares que estão sendo realizados por filósofos experimentais e psicólogos morais no sentido de descrever como nossas decisões morais funcionam e pensar sobre as implicações dessas pesquisas para o campo jurídico.

JUR 1951– 2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXXII. AÇÕES AFIRMATIVAS (PROFESSORA ANA CAROLINA MATTOSO)

Conceito. Origens. Tipos de ação afirmativa. Ação afirmativa e princípio da iso-nomia. As ações afirmativas e a Constituição de 1988. Políticas de cotas.

JUR1952 –2HA/ M&A (FUSÕES E AQUISIÇÕES) (PROFESSOR PAULO PENNA)

A disciplina tem por objetivo o estudo dos aspectos jurídicos envolvendo as operações de M&A (fusões e aquisições / compra e venda de empresas). Examinaremos as várias fases de uma operação de M&A, os agentes envolvidos, e os contratos aplicáveis, em especial o contrato de compra e venda de ações e acordos de associação (contratos de joint venture, acordos de acionistas, etc.). Vamos também tratar dos demais elementos envolvidos em um M&A, como a due diligence e a necessidade de prévia aprovação do CADE.

JUR1955– 2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO. DIREITO DE SAÚDE (PROFESSORA ADRIANA RIBEIRO RICE GEISLER) - VIRTUAL

História das políticas de saúde no Brasil. Modelo de desenvolvimento e de atuação do Estado no setor. Política de saúde no contexto da seguridade social. Bases políticas e institucionais de emergência do Sistema Único de Saúde. Evolução histórica dos modelos explicativos de saúde e influência do conceito ampliado de saúde na construção do SUS. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Modelos tecno-assistenciais: estrutura e organização do SUS. Legislação Estruturante do SUS e financiamento do setor. Reforma do Estado e fenômeno da reestruturação produtiva no setor saúde. Modelos de atenção à saúde no Brasil: Médico assistencial privatista e Neoliberal.

JUR1956 -2HA /RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL (PROFESSORA VICTORIA SULOCKI) VIRTUAL

1-Teoria dos Recursos no Processo Penal: Introdução; Fundamentos, Conceito e Natureza Jurídica; Classificação; Princípios Constitucionais, Sistema Recursal Brasileiro e Duplo Grau.

2-Recursos em espécie: Recurso em Sentido Estrito; Apelação; Embargos Infringentes; Embargos de Declaração; Carta Testemunhável; Recursos Especial e Extraordinário, Agravos nos Recursos Especial e Extraordinário.

3-Ações Autônomas de Impugnação: Habeas Corpus, Revisão Criminal e Mandado de Segurança.

JUR1957 –2HA/ MÍDIA, ENTRETENIMENTO E DIREITO (PROF. RICARDO BRAJTERMAN) - VIRTUAL

Aspectos jurídicos da propriedade intelectual; Mídia Impressa x Mídia eletrônica; Direitos e deveres do Jornalista; Liberdade de Expressão x Imagem, Intimidade e Princípio da Dignidade Humana; Direitos e deveres dos sites da internet; Direitos autorais nas artes; Os profissionais da arte (pintores, escultores, autores, iluminadores, cenógrafos, diretores, coreógrafos, figurinistas, contraregras, camareiros, músicos, atores, bailarinos, maquinistas); Contratos em televisão; Contratos em cinema; Contratos em teatro; Leis de incentivo à cultura;

JUR1957 –2HB - Orientação Sexual, Identidade de Gênero e o Direito: Panorama Comparativo Brasil/EUA (PROFESSOR LUCAS DE SOUZA OLIVEIRA) - VIRTUAL

EMENTA: Orientação sexual. Identidade de gênero. Movimento de direitos LGBTTQIAPN+. Proteções constitucionais. Criminalização da homotransfobia. Discriminação no sistema de justiça criminal. Sistema educacional. Discriminação no emprego. Casamento e uniões civis. Direitos de adoção para indivíduos LGBTTQIAPN+. Direitos LGBTTQIAPN+ internacionais. Questões de Imigração. AO FINAL DESTE CURSO, OS ALUNOS SERÃO CAPAZES DE: 1. Compreender e definir os principais conceitos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero; 2. Analisar o contexto histórico e o desenvolvimento do movimento pelos direitos LGBTTQIAPN+ nos Estados Unidos e no Brasil; 3. Avaliar as estruturas constitucionais que apoiam ou dificultam os direitos LGBTTQIAPN+ em ambos os países; 4. Avaliar as implicações da criminalização da homotransfobia no Brasil e a eficácia das proteções legais; 5. Explorar as interseções dos direitos LGBTTQIAPN+ com o sistema de justiça criminal, educação, emprego e direito de família; 7. Pesquisar o cenário internacional dos direitos civis LGBT e entender as implicações globais das leis locais; 8. Investigar questões relacionadas à imigração e os desafios singulares enfrentados pelos imigrantes LGBTTQIAPN+.

JUR1958 - 2HA - DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OFICINA TEORICA E PRÁTICA (PROFESSORES AGNES E VITOR ALMEIDA) VIRTUAL

modelos de abordagem da deficiência. Modelo social. Direitos humanos das pessoas com deficiência. Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com deficiência: princípios, igual capacidade e apoio. Lei Brasileira de Inclusão. Conceito de deficiência. Capacitismo. Igualdade e na discriminação. Acessibilidade. Direito à saúde. Direito à educação. Direito ao trabalho. Direito à moradia. Direito ao transporte e mobilidade. Direito à cultura. Importância da acessibilidade e guia de boas práticas. Leitura de sinais, braille , audiodescrição , a função do leitor/transcritor, outras ferramentas de acessibilidade.

JUR1958 – 2HX – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL – (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO) – VIRTUAL

Processo e Direito Imobiliário: a) ação de consignação em pagamento; b) ação de revisão de aluguel; c) ação renovatória; d) ação de imissão na posse; e) ação de reintegração de posse; f) ação de manutenção de posse; g) ação de usucapião.

Processo e Direito de Família: a) ação de Separação Judicial; b) ação de Divórcio; c) ação de Alimentos; d) ação de Guarda; e) ação de Regulamentação de Visitas; f) ação de Partilha; g) ação de Investigação de Paternidade; h) ação Negatória de Paternidade; i) ação de Petição de Herança.

Procedimentos extrajudiciais aplicáveis ao Direito Imobiliário e ao Direito de Família

JUR1959 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XL – CASOS DIFÍCEIS – (PROFESSORA RACHEL NIGRO) – VIRTUAL

Filosofia pragmática da linguagem e Direito. O Sentido mínimo de textos jurídicos e os limites da semântica. Conceito de “casos difíceis”. Análise de decisões envolvendo conceitos indeterminados.